



# Jornal Oficial do Município de CORDEIRÓPOLIS

Ano 1 - Sexta-feira, 17 de março de 2006 - nº26

Distribuição Gratuita

## ATOS OFICIAIS DO PODER Executivo

### Lei Complementar nº098 de 14 de março de 2006

Consolida a nova redação dada as Tabelas II e III e o artigo 216, da Lei Municipal nº 920, de 20 de dezembro de 1973 (Código Tributário Municipal) conforme especifica.

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** - As tabelas II – Taxa de Licença e III – Taxas de Expediente e Serviços Diversos, constantes da Lei Municipal nº 920, de 20 de dezembro de 1973 (Código tributário Municipal), com posteriores alterações, passam a vigorar na forma dos Anexos II e III desta Lei Complementar.

§ 1º - Os valores destas taxas, indicados no Anexo II e III e expressos em moeda corrente nacional serão atualizados no mês de dezembro de cada ano, através de Decreto do Executivo, pelo índice da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), Fundação Getulio Vargas.

§ 2º - Os valores das taxas indicados no Anexo II e III e expressos em centavos, serão arredondados, a saber: de 0,01 (hum centavo) a 0,50 (cinquenta centavos) para 0,00 (centavos) e de 0,51 (cinquenta e um centavos) a 0,99 (noventa e nove centavos) para R\$ 1,00 (hum real).

**Art. 2º** - Ocorrendo à extinção deste índice, os valores

das taxas compreendidas nos Anexos II e III serão reajustados por outro que o substitua, fixado pelo Governo Federal.

**Art. 3º** - O artigo 216, da Lei Municipal nº 920, de 20 de dezembro de 1973, que instituiu o Código tributário do município de Cordeirópolis, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 216 – Entende-se por ocupação de áreas aquela feita mediante instalação, de balcão, barraca, mesa, quiosque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósito de materiais para fins comerciais ou prestação de serviços e estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos, bem como postes de energia elétrica e de iluminação pública, torres de rede de transmissão de energia elétrica, caixas coletoras de

correspondências e cabines de telefones públicos”.

**Art. 4º** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo em seus efeitos legais a contar de 1º de janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares nºs 062, de 27 de dezembro de 1999 e 068, de 18 de dezembro de 2000.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 14 de março de 2006, 58 da Emancipação Política Administrativa do Município.

Carlos Cezar Tamiazo  
Prefeito Municipal

Publicada, e registrada no Paço Municipal “Antonio Thirion”, em 14 de março de 2006.

José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo-chefe  
Departamento de Administração

### Lei nº 2329 de 14 de março de 2006

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Cordeirópolis (CONPREPACC) e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**Art. 1º** - É criado, por esta Lei, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Cordeirópolis, que será identificado pela sigla “CONPREPACC”, com as seguintes atribuições:

I – estabelecer políticas de defesa e proteção do patrimônio cultural do Município, abrangendo o interesse histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental;

II - coordenar, integrar, executar e incentivar atividades públicas e privadas referentes à preservação do patrimônio cultural presente no território do Município;

III – proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de mecanismos para execução de políticas de preservação do patrimônio cultural municipal;

IV – propor medidas aos poderes públicos federal, estadual ou municipal para cumprimento das exigências decorrentes da execução destas políticas, inclusive modificação de legislação;

V – efetuar gestões junto a entidades privadas para incentivar a colaboração na execução das políticas de preservação do patrimônio cultural em âmbito municipal;

VI – elaborar seu regimento interno, a ser aprovado pelo Executivo.

**Parágrafo Único** – O Conselho utilizará os recursos técnicos disponíveis nos órgãos públicos, podendo requisitar serviços junto a particulares, na hipótese de inexistência destes na administração, mediante contratação.

**Art. 2º** - O CONPREPACC é composto dos seguintes membros, sendo os do Poder Público nomeados pelo Prefeito Municipal e os restantes indicados pelas associações ou entidades representativas:

I – o Chefe do Departamento de Educação e Cultura, ou pessoa por ele designada, subordinada ou constante do quadro de pessoal de seu departamento, com conhecimento na área de preservação do patrimônio cultural;

II – o Chefe do Departamento de Obras e Serviços;

III – o Chefe do Departamento Jurídico ou Procurador do Município;

IV – um representante da Câmara Municipal;

V – o Coordenador para Assuntos de Ecologia ou representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente;

VI – um arquiteto, residente ou com atividades profissionais no Município, filiado ao Instituto dos Arquitetos do Brasil ou Associação de Engenheiros e Arquitetos;



VII – um advogado militante na Comarca, indicado pela subseção da Ordem dos Advogados do Brasil a que o Município pertença;

VIII - um representante do Instituto Agrônômico de Campinas, da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, residente ou com atividades profissionais no Município;

IX – um representante de associações constituídas cujo objetivo seja a preservação do patrimônio cultural e urbanístico no Município.

Art. 3º - O CONPREPACC será presidido pelo chefe do Departamento de Educação e Cultura, ou seu representante, que terá direito somente a voto de desempate.

Art. 4º - Os membros terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser dispensados a qualquer tempo pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - Neste caso, a designação será feita de acordo com o “caput” do art. 2º

Art. 5º - O Presidente poderá convidar, para participar de trabalhos específicos, pessoas de comprovado conhecimento na matéria a ser tratada, sem direito a voto, comunicando previamente aos Conselheiros a sua presença.

Art. 6º - O CONPREPACC reunir-se-á com a maioria simples dos conselheiros em efetivo exercício, através de convocação feita pelo Presidente, ou solicitação de um terço de seus membros, excetuando-se as reuniões para deliberar sobre protocolados de pedidos de intervenções em imóveis situados em áreas envoltórias de bens tombados,

que poderão ser feitas com um terço de seus membros.

§ 1º - As decisões sobre tombamento de imóveis serão tomadas por, pelo menos, 2/3 dos conselheiros em efetivo exercício.

§ 2º - As decisões sobre pedidos de intervenção em imóveis situados nas áreas envoltórias serão tomadas por pelo menos 1/3 dos conselheiros em exercício.

Art. 7º - Os recursos humanos e materiais necessários às atividades do CONPREPACC serão fornecidos pelo Departamento de Educação e Cultura ou Coordenadoria de Assuntos de Cultura, e seus sucessores.

CAPÍTULO II

DO TOMBAMENTO

Art. 8º - Aos bens declarados de interesse para o patrimônio cultural do Município será aplicado o instituto jurídico do tombamento, conforme definido no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Art. 9º - O Chefe do Departamento de Educação e Cultura, ou o Coordenador de Assuntos da Cultura, ou seus sucessores, na forma da legislação pertinente, promoverão, mediante proposta do CONPREPACC, o tombamento dos bens móveis e imóveis existentes no território do Município, cuja proteção e preservação seja de interesse público, em razão de seu valor cultural.

§ 1º. - O tombamento deverá realizar-se atendendo ao princípio da necessária preservação e do menor ônus para o proprietário do imóvel.

§ 2º - O ato de tombamento de bens imóveis determinará o grau de proteção de acordo com os seguintes graus e aplicabilidades:

I - grau de Proteção 1 (GP1) - aplicável aos bens imóveis de alto valor histórico, arquitetônico e ambiental determinando que a preservação das edificações seja integral, a utilização do imóvel se dê por intermédio de funções compatíveis e sejam aplicados métodos adequados em sua conservação e restauração.

II - grau de proteção 2 (GP2) - aplicável aos bens imóveis de valor histórico, arquitetônico e ambiental cuja importância não abranja a totalidade do bem, determinando que a preservação se refira a apenas partes delimitadas do imóvel, a utilização de imóvel não degrade a parte protegida e sejam utilizados métodos adequados de conservação e restauração.

III - grau de proteção 3 (GP3) - aplicável aos bens imóveis de valor histórico, arquitetônicos, e ambiental, cujo principal valor resida em suas características externas, ou que a proteção da fachada seja suficiente para assegurar a preservação dos valores, ou cujo tombamento integral ou parcial não seja adequado por retirar desnecessariamente a vocação e utilização natural do bem, determinando que a preservação se refira à conservação das fachadas, componentes arquitetônicos externos e cobertura, as edificações poderão sofrer alterações internas desde que respeitado o item anterior, sejam utilizados métodos adequados de conservação e restauração.

§ 4º - O proprietário do imóvel pode, a qualquer tempo e em pedido fundamentado, requerer às autoridades definidas no inciso I do art. 2º desta Lei a

reclassificação do tombamento de um grau para outro.

§ 5º - No ato de tombamento a classificação em um dos graus deverá ser circunstanciadamente fundamentada.

Art. 10 - Será criada ou constituída instância administrativa responsável continua pelo patrimônio cultural, que será composta por um coordenador, pessoal administrativo de apoio e técnicos especialistas, inclusive estagiários, nas seguintes áreas do conhecimento: Arquitetura e Urbanismo, História, História da Arte, Ciências Sociais, Geografia, Ciências Biológicas, Arquivística e Documentação e Arqueologia, aplicando-se, quando necessário, o parágrafo único do art. 1º, desta Lei.

Art. 11 - Os bens tombados não poderão ser destruídos, dissolvidos, mutilados ou alterados, nem reparados, pintados ou restaurados sem prévia autorização do CONPREPACC, sob pena de multa, sem prejuízo de outras sanções a que o infrator esteja sujeito.

Art. 12 - Na hipótese de alienação dos bens referidos no artigo anterior, pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, a União, o Estado e o Município terão, nessa ordem, direito de preferência para sua aquisição, obedecendo ao processo estabelecido para a espécie, pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

§ 1º - A alienação gratuita, a cessão de uso ou, quando for o caso, a remoção de qualquer bem tombado, deverá ser devidamente justificada e submetida à apreciação do CONPREPACC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de nulidade do ato.



Jornal Oficial do Município de  
Cordeirópolis

Órgão da Administração Pública Municipal

EXPEDIENTE jornal\_oficial@cordeiropolis.sp.gov.br  
Produzido por: Assessoria de Imprensa de Cordeirópolis  
Jornalista Responsável: Ailton Barbosa MTB 33.736  
Edição: Sócrates Bolorino Layout : Eder Modanez  
Impressão: Jornal Cidade de Rio Claro  
Composição: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário; Autarquias Municipais; Entidades Assistenciais  
Tiragem - 700 exemplares Custo Desta Edição R\$ 350,00  
O jornal oficial do município é órgão de divulgação oficial da administração municipal instituído pela Lei 2274 de 11 de agosto de 2005, com suas posteriores alterações.  
Paço Municipal Antonio Thirion - Praça Francisco Orlando Stocco, nº35 - Centro - Cordeirópolis/SP  
CEP: 13.490-000 - Tel.: (19) 3556-9900 - [www.cordeiropolis.sp.gov.br](http://www.cordeiropolis.sp.gov.br)

Comunicado Importante

A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis comunica a todos os contribuintes do ISS anual, que o vencimento do respectivo tributo será no dia 31/03/2006.  
Comunica ainda que o carnê para pagamento do mesmo, deverá ser retirado no Paço Municipal “Antonio Thirion” sito à Praça Francisco Orlando Stocco, 35, no horário das 13:00 as 17:00 horas de segunda a sexta feiras. Sendo que o pagamento deverá ser efetuado preferencialmente na Caixa Econômica Federal, Casa Lotérica ou em qualquer Agência Bancária até o vencimento.



§ 2º - Os bens pertencentes ao Município, quando tombados, poderão ser alienados ou transferidos para uma outra entidade, mediante apreciação prévia do CONPREPACC.

**Art. 13** - No caso de transferência de domínio do bem imóvel tombado, inclusive por sucessão "causa mortis", solicitar-se-á ao serventuário do Registro de Imóveis respectivo que efetue, "ex-officio", as respectivas averbações, e que dê ciência das mesmas ao CONPREPACC.

**Art. 14** - Os bens tombados ficam sujeitos à inspeção periódica.

**Art. 15** - Na hipótese de extravio ou furto de qualquer bem móvel tombado, ou posse ilícita, quando imóvel, o proprietário deverá comunicar a ocorrência ao CONPREPACC em 15 (quinze) dias, sob pena de multa.

**Art. 16** - O proprietário que, comprovadamente, não dispor de recursos para proceder às obras de conservação e reparação de que o bem tombado necessite, deverá oportunamente comunicar esse fato ao CONPREPACC, sob pena de multa.

§ 1º - Recebida, à comunicação, o CONPREPACC  
deverá providenciar a execução das obras necessárias.

§ 2º - O CONPREPACC poderá projetar e executar obras de conservação de bens tombados independentemente de comunicação ou anuência do proprietário, uma vez comprovada a urgência das mesmas.

**Art. 17** - Para evitar prejuízo à visibilidade ou ao destaque de qualquer edificação ou local tombado, nenhuma obra de construção ou demolição poderá ser executada na área compreendida num raio de até 300m (trezentos metros) sem que o projeto da obra seja previamente aprovado pelo CONPREPACC.

**Art. 18** - Nenhuma obra de construção ou demolição nas edificações de bens tombados poderá ser autorizada ou aprovada pelo Município quando estiver em desacordo com os padrões de ordem estética fixados pelo CONPREACC.

**Art. 19** - A regulamentação do uso das áreas envoltórias dos bens tombados pelo Município será feita através de

decreto do Executivo e estabelecerá os critérios que deverão ser obedecidos pelas novas construções, devendo necessariamente constar das resoluções de tombamento.

**Art. 20** - O Conprepacc manterá “livro-tombo”, no qual deverão ser inscritos todos os bens e objetos tombados, com a descrição e características peculiares de cada um, para sua perfeita identificação.

**Art. 21** - Será aberto um processo próprio para cada tombamento, instruído com cópia da ficha cadastral do imóvel com o levantamento métrico-arquitetônico, resenha histórica e fotografias, indicadores das características principais que justificaram seu tombamento.

**Parágrafo Único.** O tombamento será instituído através de resolução, assinada pelas autoridades definidas no inciso I do art. 2º desta Lei.

**Art. 22** - O tombamento de bens pertencentes a pessoas jurídicas de direito privado, inclusive ordens e instituições religiosas, far-se-á voluntária ou compulsoriamente, devendo os autos respectivos ser averbados no respectivo Cartório de Registro de Imóveis.

**Art. 23** - O tombamento de bens de que trata esta lei tem início com a abertura do processo respectivo, após deliberação do Conprepacc, tomada "ex-officio", ou por provocação do proprietário ou de qualquer interessado.

§ 1º - A deliberação do Conprepacc ordenando a abertura de processo de tombamento assegura a preservação do bem até decisão final, devendo a ordem ser imediatamente comunicada à competente autoridade policial, sob cuja jurisdição se encontre o bem, em causa para os devidos fins.

§ 2º - A abertura do processo de tombamento, quando da iniciativa do proprietário, ou a notificação deste nos demais casos, suscita, desde logo, qualquer projeto ou obra que importe mutilação, modificação ou destruição dos bens em exame.

**Art. 24** - Quando a iniciativa do tombamento de bens não partir de seus proprietários, serão estes notificados para, no prazo de 15 (quinze) dias da data da notificação, e o quiserem, contestar a medida junto ao Conprepacc.

**Parágrafo Único** - Da decisão do tombamento em que

tiver havido impugnação, caberá recurso ao Prefeito Municipal, dentro de um prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 25** - O bem imóvel tombado será obrigatoriamente inscrito no Cartório da Circunscrição Imobiliária a que pertença.

**Art. 26** - Observadas as formalidades legais, os bens móveis e imóveis tombados pelo Estado e União terão preservado a sua condição já definida.

Parágrafo Único - O Conprepacc diligenciará junto às entidades estadual e federal de preservação do patrimônio cultural, visando solicitar informações sobre os bens tombados ou em processo de tombamento, ou declarados de interesse histórico cultural, para conhecimento e providências na sua área de competência.

**Art. 27.** - Será facultada aos proprietários a transferência do potencial construtivo de imóveis preservados por lei municipal, na forma a ser posteriormente estabelecida em legislação específica.

**Art. 28 -** O CONPREPACC aplicará multas aos infratores das normas constantes desta Lei, sem prejuízo da eventual apuração de responsabilidade administrativa, criminal ou civil e da aplicação das penalidades cabíveis que disso resultarem.

**Parágrafo Único** - As multas de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto, graduadas de acordo com a gravidade da infração.

**Art. 29** - Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano os bens imóveis tombados pelo município, nos termos do artigo 203 da Lei Orgânica do Município.

**Art. 30** - Será aplicada, subsidiariamente, a legislação federal e estadual que dispõe sobre a matéria tratada na presente lei.

**Art. 31** - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua promulgação.

**Art. 32** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 33** – Revogam-se as disposições em contrário, espe-

cialmente o inciso XXII do artigo 3º da Lei Municipal nº 2022, de 27 de março de 2001.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 14 de março de 2006, 58 da Emancipação Político Administrativa do Município.

**Carlos Cezar Tamiazo**  
Prefeito Municipal

Publicada, e registrada no Paço Municipal "ANTONIO THIRION", em 14 de março de 2006.

José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo-chefe  
Departamento de Administração

**Lei nº 2330 de 14 de  
março de 2006**

Da nova redação a dispositivos da Lei nº 2248, de 19 de abril de 2005, (Concede Auxílio Transporte a Estudantes de Cursos Superiores e Técnico Matriculados em estabelecimentos localizados fora do Município), conforme específica.

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:

**Faço Saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis  
decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º** - O artigo 1º e o § 3º do artigo 4º da Lei Municipal nº 2248, de 19 de abril de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o auxílio transporte, a alunos de cursos técnicos e universitários, legalmente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), e cursos pré-vestibular, matriculados em estabelecimentos de ensino fora do município de Cordeirópolis, e que não tenha familiar no ensino local”.

**Parágrafo Único** – Sendo oferecidos no município deordeirópolis, cursos pré-vestibulares, os benefícios concedidos para esse fim serão extintos.